

Anexo I

Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, do Código dos Contratos Públicos, conforme aplicável]

1 – Carlos Manuel Ferreira Gonçalves portador do Cartão de cidadão nº 04906358 8ZY1 e morador na Avenida Heróis do Ultramar 125-5º C 3100-462 POMBAL)), na qualidade de representante legal de (*PAECRO, Projetos, Análise Estudos Construção e Reabilitação de Obras, Cont. Nº 509377513, com sede na rua de Ansião nº 36-1º Dtº - 3100-474 Pombal*)), depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “**Beneficiação de Bairros Sociais (Bairros Sociais S. João de Deus e Margens do Arunca)**”, e se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento declara sob compromisso de honra que a sua representada, *PAECRO, Projetos, Análise Estudos Construção e Reabilitação de Obras*, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de caderno de encargos - anexo I
- b) Nota justificativa do preço proposto;
- c) Memória Descritiva e Justificativa
- d) Documento a que alude o nº4 do Artigo 60 do CCP;
- e) Lista de preços unitários;
- f) Proposta de preço de acordo com o modelo constante no Anexo II;
- g) Plano de trabalhos e plano de pagamentos;
- i) Plano de Mão de Obra e plano de equipamentos
- j) C. Cidadão

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal 7 de Maio de 2020

Carlos Manuel Ferreira Gonçalves